



Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Síntese da ATA da 28.ª Reunião Ordinária da

Unidade Regional Colegiada Norte de Minas

do Conselho de Política Ambiental – COPAM

Data: : Data: 22 de maio de 2007, às 13h30min.

Local: Escola Agrotécnica Federal de Salinas

Fazenda Varginha, Km 02 – Rodovia Salinas-Taoibeiras.

Salinas - MG

• Leia-se: Ministério Público de Minas Gerais

1. Aos 22 de maio, às 14h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do Norte de
2. Minas na Escola Agrotécnica Federal de Salinas - Fazenda Varginha, Km02 – Rodovia
3. Salinas-Taoibeiras - Salinas – MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros
4. Titulares e Suplentes: como Presidente, Superintendente de Licenciamento e Atos
5. Autorizativos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dr.
6. Rogério Noce Rocha; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
7. Renováveis – IBAMA: Titular – Ney Magalhães Barbalho; Polícia Militar de Minas Gerais:
8. Titular: Major PM Jorge Bonifácio Oliveira; **Procuradoria Geral da Justiça**: Titular – Paulo
9. César Lima; Microrregiões da Área Mineira de SUDENE, do Baixo Jequitinhonha e do
10. Médio Jequitinhonha: Suplente: Dalton Soares Figueiredo – Representante da Prefeitura de
11. Pirapora; Titular: José Antônio Prates, Prefeito de Salinas; Suplente Dairton Neres; Titular:
12. Reinaldo Landulfo – Prefeito de Capitão Enéas; Federação da Agricultura do Estado de
13. Minas Gerais – FAEMG, atuante na região de abrangência: Suplente – Bernardo Pimenta
14. Pinheiro; Representante de Organizações Não-Governamentais, legalmente constituídas no
15. Estado de Minas Gerais para Proteção, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente, atuante
16. na região de abrangência: 1º Titular: Eduardo Gomes de Assis – Coordenador Técnico do
17. Instituto Grande Sertão; Damastor Alves de Souza, Grupo Ecológico Campista de Monte
18. Azul; Luciane Carvalho, Codema de Janaúba; Jônatas Gonçalves, Codema de Mirabela.
19. Estiveram também presentes os advogados Yuri Rafael Oliveira, Gestor Ambiental Jurídico,
20. e Eustaquio Nunes Alexandre, Analista Ambiental Jurídico, além de técnicos dos órgãos
21. envolvidos.
22. **Dr. Rogério Noce Rocha**, Superintendente de Licenciamento e Atos Autorizativos da
23. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, justificando a
24. ausência de Dr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário Adjunto da SEMAD, Presidente desta
25. Unidade Regional Colegiada, que não pôde estar presente por estar nos afazeres finais de
26. implementação da mudança de políticas de gestão ambiental, apresenta-se como Presidente
27. “Ad Hoc” desta 28ª Reunião da URC do Norte de Minas, que ora se realiza na Escola
28. Agrotécnica Federal de Salinas. Diz sentir-se muito honrado por estar aqui mais uma vez, na
29. presença do Prefeito José Prates e do Professor Oscar, Diretor Regional, e de 12
30. Conselheiros, para iniciar a reunião. Justifica o atraso no início da reunião devido à distância.
31. Diz que, em função disso, não se faz com que os ditames do regimento interno sejam
32. executados. Esse procedimento deverá ser mudado no contexto do futuro regimento a ser
33. aprovado no novo contexto do COPAM, tendo em vista que o COPAM, anteriormente, era
34. um COPAM de Belo Horizonte. Hoje é um COPAM mineiro, regional, e há profundas
35. mudanças nesse contexto de operacionalidade de um Conselho desse nível. Havendo o
36. quorum regimental declara aberta a reunião para se ouvir o Hino Nacional Brasileiro.
37. **1. Execução do Hino Nacional.**
38. **2. Abertura**
39. O **Presidente Dr. Rogério Noce** diz que é uma reunião de trabalho e, apesar de ter-se
40. iniciado às 14h30min, não deverá ultrapassar o limite de 18h. Informa que estará fazendo a
41. inversão de pontos de pauta, como no caso do item 3 – Comunicado dos Conselheiros, que é



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

42. regimental colocar-se logo após a abertura, passando-o para a parte final junto com os
43. Assuntos Gerais. Passa a palavra ao Prefeito José Prates. O **Prefeito José Prates** saúda o
44. Presidente, os Prefeitos, os Conselheiros, Promotores, Vereadores, Técnicos e todos que se
45. encontram presentes em nome do povo de Salinas, esperando que se possa fazer uma bela
46. reunião, para que todos saiam ganhando de uma forma em que esse pedaço do planeta seja
47. reconhecido como dádiva de Deus, utilizado para as necessidades humanas e respeitado nos
48. seus limites. E que todos tenham consciência de que sua legitimidade tem também um limite
49. de legalidade e, cada vez mais, se faz consciente na gestão municipal onde efetivamente
50. ocorrem todas as coisas. Ressalta que o município agora tem uma Secretaria de
51. Desenvolvimento Agrícola e Ambiental, mas a grande parte da atividade é desenvolvida na
52. Secretaria de Meio Ambiente, já que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
53. Sustentável se ocupa de 90% da atividade relacionada com a agricultura. Informa que a
54. Secretaria é chefiada pelo Dr. Dairton Neres, que representará o município nas reuniões do
55. Conselho, porque também é o Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
56. Agradece pela honra que o COPAM proporciona tendo salinas como sede desta 28ª Reunião.
57. O **Presidente Rogério Noce** agradece o apoio dado pela Prefeitura e pela Escola para a
58. realização desta reunião. Agradece a presença de todas as autoridades e Conselheiros. Com
59. relação aos pontos de pauta, diz que uma apresentação será feita pelo Prof. Oscar voltada
60. para o Encontro de Meio Ambiente que acontecerá na região no mês de junho. Informa
61. também que, por força de ainda não haver o decreto regulamentador e não haver condições
62. de tempo para que se possa fazer a nova constituição dos Conselheiros, cujo mandato se
63. encerra no dia 31 de maio, será feita a prorrogação do mandato dos Conselheiros, não se
64. fazendo a definição do prazo de prorrogação, porque se tem uma grande tarefa de se fazer a
65. composição do novo COPAM. E isso exigirá muito tempo. Pretende-se que a gestão atual
66. faça a votação e análise do processo das mudanças necessárias do regimento interno, que é
67. um regimento pela DN 30, que é de 1998, muito defasado em relação à realidade do
68. COPAM. Espera-se que, na abertura dos trabalhos desse novo COPAM, se possa fazê-lo em
69. bases e regras mais definidas. Espera-se também processar isso até o mês de agosto. Diz que
70. há uma situação definida para o Conselho do Plenário do COPAM, que se estabelecerá em
71. sistema de Câmara Alta, como órgão de Estado, de política ambiental, tendo hoje 34
72. membros, podendo elevar-se, possivelmente, para 40 membros. Tem-se uma segunda
73. instância, que é a nova câmara que substitui a Câmara de Política Ambiental – CPA – a
74. Câmara Normativa e Recursal. Essa será a câmara mais alta de aspecto deliberativo. Já está
75. definido que será composta por 30 membros. Em outro nível, haverá as novas Câmaras
76. Temáticas, que vão trabalhar em temas não deliberativos, substituindo as câmaras
77. especializadas. Trabalharão nos níveis de temas para as quais os novos órgãos da estrutura da
78. SEMAD e do SISEMA estão em processo de transformação. Já estão dimensionadas seis
79. Câmaras Temáticas. Cada uma delas terá 10 membros. Conta-se, então, um total de 130
80. membros. Por fim, haverá 10 Unidades Regionais Colegiadas semelhantes a esta, as oito já
81. operacionais e mais duas que serão criadas em torna da região central de Belo Horizonte
82. através da Superintendência Central que absorverá os impactos no entorno da Região
83. Metropolitana e estabelecerá as políticas de licenciamento para o eixo do rio das Velhas e do
84. rio Paraopeba. Diz que, nesse momento, haverá um nivelamento, com todas as Unidades
85. passando a possuir 20 membros. Assim, o número total de Conselheiros passará a 330, que
86. serão indicados, nomeados, escolhidos e capacitados. E isso é uma tarefa muito grande em
87. termos de demonstração de realidade, de compromisso. Ressalta que os Conselheiros que
88. aqui estão foram a mola propulsora da definição do novo COPAM, fazendo com que
89. houvesse uma modificação radical no contexto das políticas públicas de Minas Gerais na área
90. ambiental, fazendo com que todos os processos de licenciamento sejam feitos no âmbito das
91. URCs, tendo o suporte das SUPRAM's através de seu corpo técnico. São essas mudanças,
92. essas capacitações e esse compromisso que estão sendo feitos. Espera-se que se possa fazer
93. um trabalho concatenado, bem feito, que os compromissos estabeleçam uma nova forma de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

94. administração num engrandecimento deste Conselho, para que este Conselho, essas Unidades
95. Regionais sejam um legítimo fórum de apresentação e de cobrança. Há um compromisso
96. importantíssimo que é criar um novo desaguadouro da situação da gestão ambiental no
97. estado, que é o estabelecimento do novo tripé da gestão ambiental. Esclarece que o
98. licenciamento pelo licenciamento foi uma etapa vencida que teve seu papel. Nos
99. desdobramento de tudo que se faz, há o compromisso das avaliações das condicionantes. O
100. processo de monitoramento, que ainda é muito carente no sistema ambiental, está sendo
101. exigido e as equipes terão que ser preparadas rapidamente para que possam, em reuniões
102. gerenciais deste tipo, retornar as informações pertinentes. A parte final do tripé é a logística
103. operacional na área da fiscalização estabelecida pelo novo CGFAE. Isso é a tradução do
104. compromisso feito pelo Governador Aécio Neves, pelo Dr. José Carlos Carvalho, pelo Dr.
105. Shelley. As unidades Regionais Colegiadas serão as únicas capacitadas em liberar, deliberar
106. sobre processos de licenciamento, não mais as Câmaras especializadas existentes em Belo
107. Horizonte. Informa também que, ao longo dos últimos 15 dias, houve uma reunião
108. específica, em Belo Horizonte, nas comemorações dos 30 anos do COPAM, e que também
109. comemorou, em reunião conjunta, os 20 anos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
110. Foram homenageadas várias pessoas como o Dr. José Israel Vargas, Dr. Ronaldo
111. Vasconcelos, Vice-prefeito de Belo Horizonte. Nessa reunião, foi feita a apresentação de um
112. modelo de ferramenta, a Avaliação Ambiental Estratégica, que está no bojo dos projetos de
113. metas do Governo de Minas Gerais. Está sendo desenvolvida pela Secretaria de
114. Desenvolvimento Econômico. Essa avaliação ambiental estratégica passará por todas as
115. etapas de que se precisa nas regionais. Está estabelecido que ao longo dos meses de junho e
116. julho serão feitas apresentações para os Conselhos Regionais. A apresentação será feita
117. envolvendo todos os segmentos constituídos da sociedade civil organizada, associações de
118. classe e não apenas o Conselho. No dia 19, a reunião será feita em Montes Claros. Não se
119. sabe ainda se a apresentação será feita dentro da reunião ordinária ou se será convocada uma
120. reunião na parte da manhã. Essa reunião é muito importante para se colher subsídio, porque a
121. avaliação ambiental estratégica é muito importante nas definições de políticas de médio e
122. longo prazo nessas atividades que envolvem políticas públicas, nesse caso particular, a
123. política pública de energia elétrica do estado de Minas Gerais. Convida o Professor Oscar,
124. Diretor, da Escola Agrotécnica para fazer apresentação do encontro que vai realizar aqui em
125. Salinas. O **Prof. Oscar**, em nome da Direção Geral, dá as boas-vindas aos participantes e
126. informa sobre o “4º Seminário Integrado de Meio Ambiente de Salinas e Região”. Diz que
127. está sendo realizado em conjunto pela Escola Agrotécnica Federal de Salinas, Prefeitura
128. Municipal e EMATER. **Dr. Dairton** diz que esse seminário é mais um testemunho do
129. esforço da região no sentido de implementar novas políticas ambientais, nova
130. conscientização das questões pertinentes ao meio ambiente e é feito em parceria entre a
131. Escola Técnica, Prefeitura Municipal e EMATER. Diz que, num primeiro momento, tinha-se
132. dificuldade em mobilizar esse tipo de evento em razão de a legislação ambiental ainda ser
133. infante na região. Com o apoio deste estabelecimento de ensino, através da Profa. Araci e do
134. Prof. Oscar, foi possível realizá-lo trazendo pessoas de gabarito para presidir os trabalhos do
135. evento e trazendo a comunidade para dele participar. Abre o convite para as todas as cidades
136. presentes, pedindo que sejam emissários desse convite e que divulguem o evento. O
137. **Presidente** lembra que, no próximo mês, se estará comemorando o meio ambiente e a
138. Secretaria não vai fugir à regra, e a dificuldade é sua presença em todo o estado. Diz que
139. haverá comemorações em todo o estado em várias semanas alternadas para que o aspecto
140. meio ambiente não passe despercebido pela comunidade me geral. Louva o trabalho que a
141. escola Agrotécnica está fazendo e parabeniza pelo evento. Passando o Comunicado dos
142. Conselheiros para o final da pauta, o Presidente passa ao item 4.
143. **4. Exame da ATA da 27º RO do dia 18/04/2007.**
144. O **Presidente** coloca a ata em discussão. Não havendo manifestação, coloca em regime de
145. aprovação a ATA da 27º RO do dia 18/04/2007. É **aprovada** pela maioria.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

146. **5. Apresentação do PRAD SOBRIITA LTDA – Apresentação: SUPRAM NM.**
147. O **Presidente Dr. Rogério Noce** informa que este ponto está inserido na reunião como um
148. compromisso específico feito pela Secretaria de Estado perante o empreendedor, lembrando
149. que, na reunião passada, estava inserido em Assuntos Gerais e, em razão da falta de energia
150. elétrica durante a reunião, não pôde entrar em discussão. Daí o compromisso de trazer esta
151. apresentação para a reunião de Salinas, incluindo-a como ponto de pauta. Esclarece que este
152. não é um ponto de pauta deliberativo. É uma apresentação que se está permitindo para que
153. seja feito entre as partes envolvidas um esclarecimento a respeito do que é o PRAD da
154. Areieira Sobrita. Informa que é um processo que já foi colocado em discussão várias vezes
155. perante este Conselho e que já redundou numa ação por parte da própria Secretaria de Estado
156. que, ao acolher a autorização ambiental de funcionamento por parte da Areieira Sobrita, teve,
157. por parte da própria Secretaria de Estado, o embargo dessa avaliação ambiental estratégica
158. por encontrar obstáculos enormes em relação ao comportamento de apresentação entre ao
159. que foi feito, a avaliação ambiental estratégica, e o que existia naquele empreendimento.
160. Informa, ainda, que, não só em função da avaliação ambiental estratégica, encontra-se
161. também em curso uma ação civil pública que já foi deferida pelo Juiz de Direito de Montes
162. Claros pela não celebração de Termo de Ajustamento de Conduta por parte do
163. empreendedor. Destaca que, para a solução do problema para a Areieira Sobrita, de modo a
164. restaurar sua funcionabilidade, foi instaurado um Grupo de Trabalho envolvendo os órgãos
165. constituídos na região, não só a Secretaria de Estado de Meio Ambiente através do COPAM,
166. mas também órgãos de atividades municipais e o próprio IBAMA. Esse Grupo de Trabalho
167. está encarregado de fazer a análise dessa proposta do empreendedor Areieira Sobrita, na
168. forma de corrigir seu passivo ambiental existente hoje, de modo que ele possa voltar a
169. funcionar esse empreendimento. Diz que é um PRAD preventivo e que se exige que tenha a
170. melhor e mais capacitada elaboração à luz de aspectos técnicos. Esse Grupo de Trabalho já
171. realizou duas análises do PRAD apresentado pela Areieira Sobrita e, em ambas, não deu
172. aprovação a esse PRAD. Afirma estar agora abrindo espaço para que o empreendedor possa
173. fazer a apresentação aos Conselheiros para que possam conhecer o estado da arte da coisa
174. como está acontecendo e também, por parte dos técnicos do COPAM, se for o caso, se possa
175. dar na forma de informação subsidiária para esclarecimento, informação aos Senhores
176. Conselheiros. Diz, ainda, que a situação de aprovação do PRAD não é o estabelecido por
177. parte deste Conselho. Este Conselho só será chamado quando a situação efetivamente do
178. PRAD estiver totalmente aprovada por parte desse Grupo Técnico, que ainda não deu
179. aprovação ao PRAD apresentado pelo empreendedor. Esclarece que a forma encontrada, em
180. contato com o próprio Secretário, é que se faça esta apresentação para que se esclareça essa
181. situação. Diz que esse item 5 se insere no aspecto de Assuntos Gerais, assuntos apresentados
182. para informação subsidiária de conhecimento do que está ocorrendo. Ressalta que esse é o
183. compromisso de trazê-lo como ponto de pauta antes do início das deliberações. Será uma
184. apresentação para conhecimento. Feita a apresentação e feitos os debates, passa-se a outros
185. pontos de pauta. Estes, sim, deliberativos, que são os do Item 6 em diante. Convida o
186. representante do empreendimento para fazer a apresentação e a motivação de informação
187. subsidiária do PRAD por ele elaborado e ainda não aprovado perante o Grupo Técnico que é
188. constituído e liderado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente. O **Sr. Clementino**
189. **Bráulio**, Engenheiro de Minas, representante da Sobrita, descreve a situação da Areieira
190. Sobrita, situada no município de Montes Claros, na fazenda Barroirão, na localidade de
191. Pentáurea, a 21km da sede do município, em funcionamento desde a década passada, com
192. uma produção de 18.000m³ de areia “in natura” por ano, ou seja 1.500m³ de areia/mensal.
193. Diz que vem mostrar, através de seu PRAD que é uma empresa de pequeno porte que está
194. assumindo um passivo ambiental que antes foi provocado pela areieira Real, do Grupo Real,
195. de Montes Claros, e que, assumindo esse compromisso, virá a desenvolver suas atividades
196. que foram paralisadas há dois anos e meio. Diz que a área, como mostra o Plano de
197. Recuperação de Áreas Degradadas, elaborado pela ENAL, de Belo Horizonte, é uma área de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

198. 4.07ha. a ser recuperada. Essa área envolve áreas da areieira Real e da Sobrita, tendo no seu
199. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas os vários modelos a serem recuperados,
200. utilizando bacias de contenção, barragens em volta das voçorocas ali existentes, revegetação
201. da área impactada com leguminosas, gramíneas, arbustos e arbóreos, e construindo um pátio
202. de depósito para cangas, estéreis e matéria orgânica. Esclarece que as cangas e matéria
203. orgânicas serão usadas na recuperação das voçorocas e na recuperação da área que foi
204. minerada e que ainda o será, utilizando os meios mais modernos, ou seja, adubos químicos e
205. orgânicos e sementes extraídas da região e doadas pelo IEF de Bocaiúva. Encerra dizendo
206. que é um assunto bastante extenso e que a SUPRAM de Montes Claros já tem conhecimento
207. do PRAD da areieira, e, se houver dúvida com relação a esses processos de recuperação,
208. coloca-se à disposição para questionamentos. O Presidente pede que a equipe técnica
209. apresente sua avaliação, que configurou a não acolhida por parte do Grupo Técnico. O
210. **Técnico Stefano Lanza**, Engenheiro de Minas da SUPRAM NM, diz que apresenta as
211. principais diretrizes que o Grupo trouxe à baila em relação à análise do PRAD da areieira
212. Sobrita e os pontos que estabeleceu como objeto para deferimento ou indeferimento. Diz que,
213. além da previsão constitucional da exigência do PRAD, dentro do aspecto da mineração, o
214. que se vê, na maior parte das minerações, é que elas trabalham sem a preocupação de
215. executar esse trabalho logo no início do licenciamento ambiental. E esse é um gargalo
216. enorme que se vê aqui. Diz que depois do dano feito, corre-se atrás para consertar o que não
217. deveria ter sido feito. Informa que dentre os fatores analisados, consideraram-se fatores
218. técnicos geo-ambientais. Com relação ao Plano de Aproveitamento Econômico, que é um
219. documento exigível pelo DNPM, onde se mostra a capacidade financeira da mineração, além
220. dos métodos de lavra, etc., e a capacidade para amortização de custos da operação da mina ao
221. longo de sua vida útil, afirma que esse documento não foi repassado pelo empreendedor. Só
222. mais tarde teve acesso. Mas estava fora da análise. Diz que o Plano de Aproveitamento
223. Econômico está diretamente relacionado ao PRAD, porque o PRAD, apesar de ser um
224. instrumento onde se traçam as possibilidades ao longo de sua vida, está equacionado
225. diretamente à influência de custos financeiros, dos custos de operação, coisa que não se
226. percebeu nesse estudo. O plano de lavra, que também é uma exigência de um PRAD, é um
227. instrumento principal aliado à pesquisa mineral. O plano de lavra, juntamente com a pesquisa
228. mineral, traça todo o desenvolvimento da mina, além de trazer quais seriam as possibilidades
229. de se trabalhar de maneira a reduzir o impacto ambiental. Diz que o plano de lavra também
230. não foi apresentado e, após uma breve leitura do plano de lavra que foi apresentado ao
231. DNPM, verificou-se que os cálculos executados em termos de produção mensal indicam que
232. o ponto de equilíbrio da mina está acima da capacidade de produção mensal atual, ou seja,
233. para 1.500m³, na verdade, o ponto de equilíbrio dessa mina, conforme o plano de lavra, seria
234. quase uma vez e meia, quase 4.000m³/mês. Diz que a pesquisa mineral, que também se leva
235. em consideração, além dos aspectos geológicos, da posição do jazimento, etc., também dá
236. exatamente a dimensão do que se pretende recuperar, onde pretende o empreendedor chegar
237. na exploração do minério. Diz que isso também não lhes foi facultado. Diz que outra coisa
238. que se pediu foram os indicadores para execução de projetos de recuperação que envolvem
239. diretamente, além da capacidade financeira, a capacidade de investimento e a parte de custos
240. de operação. Diz que também isso não lhes foi revelado no PRAD. Diz que o PRAD
241. contempla, além da recuperação atual, a recuperação até o fechamento da mina. Não é apenas
242. um projeto de recuperação de curto alcance. Ele é de grande alcance e de longo prazo.
243. Ressalta que, pelo plano de lavra definido junto ao DNPM, essa mina tem uma vida útil de
244. 127 anos. Diz imaginar que 127 anos seriam, dentro da poligonal de lavra, ou seja, para uma
245. área de 50ha que seria minerada, porque essa área de 4.07ha., mesmo que seja em
246. profundidade, nunca trabalharia em 127 anos, pelo fato, logo abaixo dela se achar o
247. embasamento. Destaca os danos ambientais com a exploração mineral: a parte de erosão,
248. assoreamento, desmatamento, exploração predatória. Diz que o que lhe chama a atenção é a
249. exploração predatória, que está correlacionada no Código de Mineração, e existem



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

250. penalidades próprias para isso. Indica ainda a ausência do plano de lavra, e desabilitar a área
251. para plano futuro é passível de sanção pelo DNPM. Quanto ao desmatamento, diz que, se não
252. foi explicado direito, o Grupo imagina que seria na área de 50ha, dentro da poligonal de
253. lavra. Diz que esse aspecto preocupou porque foi mal colocado pela equipe que executou o
254. PRAD. Destaca outro ponto, a ausência da autorização para exploração florestal, que deveria
255. ter sido requerida no momento da autorização ambiental de funcionamento. Quanto às pilhas
256. de estéril, minério e rejeito, diz que se se avaliar a vida útil da mina, o que foi proposto não
257. atende. Quanto aos sistemas de drenagem, têm que ser fixos. Sistema de drenagem de mina é
258. fixo. Os executados em bancadas são momentâneos e temporários, apenas para o avanço da
259. lavra. Os dados pluviométricos, que deveriam ter sido repassados no PRAD para que se
260. construam os sistemas de drenagem, também não foram colocados. A condição geotécnica e
261. teodológica do terreno: chama atenção o próprio jazimento que tem características de ser
262. facilmente erodível. Constitui-se de uma areia disseminada em latossolo, justamente por
263. deposição fluvial. As condições geotécnicas são muito restritas, fácil erodibilidade: isso
264. também não foi colocado. Analisa a própria dinâmica da atividade, o grau de mecanização, o
265. volume explotado de minério. Quanto à dinâmica da atividade, diz que, segundo o
266. empreendedor, na sua execução do PRAD, ele desconhece a dinâmica da atividade de
267. mineração. A mina é uma atividade dinâmica, não é estática. Portanto, sistemas de
268. assoreamento e erosão têm que ser fixos e fora do pit de lavra. O grau de mecanização é
269. baixíssimo, trabalhando apenas com uma escavadeira,- uma pá-carregadeira - e dois
270. caminhões. Diz ser impossível executar um PRAD sem ter ao menos dois tratores de esteira.
271. Esperava-se que fosse pelo menos um D6. O volume explotado também, conforme o plano
272. de lavra, está abaixo do plano ideal. Diz que, no estudo inteiro, existe a minimização de
273. custos de diagnóstico de impacto ambiental, ou seja, o PRAD entregue minimiza o
274. diagnóstico. Traz somente uma área restrita de 4.7ha., não levando em consideração o que
275. seria a área de 50ha, que foi a poligonal de lavra requerida ao DNPM. Ressalta uma coisa
276. totalmente contraditória: as ações pontuais desse PRAD, ou seja, está-se trabalhando em
277. pontos isolados e não num conjunto, num todo. Essa ação pontual é de curto alcance, de
278. curto prazo e não tem eficácia nenhuma no controle do assoreamento e outros. Diz que uma
279. das coisas que chamou a atenção é o avanço da lavra, o desenvolvimento das bancadas,
280. porque não existe a possibilidade de se executar esse avanço de lavra de forma, por ele só,
281. controlar o assoreamento e as erosões que ocorrem no terreno hoje devido justamente a essa
282. exploração predatória que está ocorrendo no local hoje. Destaca ainda outro fato, que é a
283. responsabilidade técnica do Engenheiro de Minas que deveria estar no local. Inclui com
284. anotação de responsabilidade técnica de desempenho de cargo para que pudesse acompanhar
285. todo o trabalho e ser responsável pelo desenvolvimento e operação da mina. O **Técnico**
286. **Fabiano de Souza Rocha**, da SUPRAM NM, diz que a ausência de um cronograma técnico-
287. financeiro talvez seja uma das partes mais importantes de um PRAD, porque é justamente
288. onde se vai colocar, especificar o tempo em que se vai fazer a recuperação da área e os custos
289. que se vão ter com essa recuperação, para se ter uma idéia se a recuperação está ou não
290. correta. É importante informar esses custos para o órgão para que se possa analisar
291. corretamente o PRAD. **Adelton**, Técnico da SUPRAM NM, diz que, com relação à parte de
292. vegetação proposta no PRAD, a equipe analisou e achou que as técnicas sugeridas estão
293. inadequadas. Dentro os pontos que levaram a essa conclusão, estão alguns como: uma das
294. propostas diz que o abrandamento topográfico dos taludes seria feito com taludes de 45
295. graus. Ressalta que, como o solo do terreno é bastante arenoso, ele se torna instável e, para se
296. obter maior estabilidade dos taludes, é recomendável um ângulo menor que 33 graus. Cita
297. outro ponto: está sendo proposto o preparo do solo para o plantio de gramíneas, fazendo-se
298. sulcos utilizando-se trator. O **Técnico** diz que isso é totalmente inadmissível, e pergunta
299. como, numa área com talude de inclinação de 45 graus, será possível a mecanização para
300. fazer sulcos e preparar o terreno para o plantio de gramíneas. Cita mais um ponto que se
301. achou falho: é com relação ao número de espécies arbóreas indicadas para a revegetação da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

302. área, por haver um número reduzido, aliado ao fato de não estarem discriminadas quais
303. espécies seriam pioneiras, secundárias, tardias e clímax, além da falta de um cronograma.
304. Diz que, para as áreas planas do empreendimento, o empreendedor propõe o plantio de
305. espécies arbóreas e, posteriormente, o preparo do solo para o plantio de gramíneas. A equipe
306. entende que essa ordem de plantio deveria ser inversa: primeiro deveriam ser colocadas as
307. gramíneas no terreno, para ajudar na estabilização do solo, que é muito erodível e,
308. posteriormente, efetuar-se o plantio das espécies arbóreas. Diz, ainda, que, nos locais da área
309. onde existem focos erosivos, o PRAD propõe a construção de paliçadas ao longo de
310. voçorocas utilizando-se pneus, o que também é um ponto questionado, porque existem outros
311. materiais que podem ser utilizados como paliçadas nos leitos de voçorocas para ajudar a
312. conter o processo erosivo e o carreamento de material. Em seguida, apresenta uma série de
313. fotos feitas num sobrevôo da Polícia Ambiental, pelo Sub-Ten. Carlos, onde é visível a
314. ausência de um plano de lavra, ou seja, não existe bancada. Existe um extrato grande de
315. gangas ferruginosas que foram retiradas por sobre o morro e estão atrapalhando o
316. desenvolvimento da mina. Isso não foi previsto pelo empreendedor no momento da execução
317. de sua pesquisa mineral. Diz acreditar que essa pesquisa mineral tenha sido feita
318. simplesmente por amostragem, ou seja, por trincheira, recolhendo alguns testemunhos,
319. verificando a existência da areia disseminada no solo. Verificou-se que existem erosões em
320. todo o terreno, não se conseguindo distinguir o sentido do avanço da lavra. Quanto à
321. profundidade, diz não se poder afirmar que esse corpo continua em profundidade para que
322. tenha uma vida útil estimada de 127anos apenas nessa área de 4.07ha. Em outra foto, mostra
323. uma pá carregadeira, bancos aleatórios, o piso da mina apenas suficiente para carga e
324. descarga dos caminhões. Outra mostra um grande leito de ganga ferruginosa que está
325. disseminada nos extratos. Diz que essa ganga ferruginosa tem pouco aproveitamento. Algum
326. aproveitamento teria que ser feito por britagem. Toda a área está suscetível de erosão, há
327. irregularidade de acessos, não se vê o desenvolvimento da mina, fatores básicos para a
328. execução da lavra. Outra foto mostra erosões com carreamento de sedimentos para o córrego
329. do Sítio. Há ainda um grande talude já depositado no seu ângulo natural de repouso, em
330. torno de 33 graus, numa área minerada fora do poligonal de lavra. Ressalta que a poligonal
331. que compreende esse talude, conforme pesquisa feita no DNPM, é área exclusiva para
332. pesquisa de calcáreo, ou seja, nunca se poderia minerar areia ali, a menos que se
333. comunicasse ao DNPM, o que não foi constatado nas pesquisas feitas. Diz que esse talude de
334. aproximadamente 30m de altura foi simplesmente esquecido na análise do PRAD, deixando
335. a equipe descrente do trabalho como um todo, pois seria o principal trabalho a ser feito em
336. função de proteger os ativos ambientais que se têm, que são as matas ciliares e o próprio
337. curso d'água que está a jusante. O **Presidente**, depois de lembrar que foi feita a
338. apresentação por parte do empreendedor e por parte da Equipe Técnica, volta a palavra ao
339. empreendedor e abre a discussão aos Conselheiros. O **Sr. Bráulio**, Consultor do
340. empreendedor, diz que a areieira produz 1.500m³ de areia por mês e isso não é motivo para
341. tanto enfoque no aspecto da capacidade financeira. Questiona se apenas quem tem
342. capacidade financeira pode tocar um empreendimento. Diz que discorda dessa posição.
343. Afirma que, se o DNPM liberou uma licença para 127 anos e a empresa está explorando
344. numa capacidade de 1.500m³/mês, certamente iria demorar 500 anos para exaurir essa mina,
345. e esse não é o caso da empresa. O fato de ela não apresentar equipamentos como caminhões,
346. tratores de esteira, não é motivo para não se aprovar, uma vez que esses equipamentos podem
347. ser adquiridos ou alugados de empresas particulares A **Sra. Marlene Tavares**, responsável
348. pelo empreendimento Areieira Sobrita, questiona o fato de os técnicos não se terem
349. identificado quando de sua fala e diz ficar indignada quando se questionam os recursos para
350. o empreendimento, pois os recursos são competência do empreendedor. Diz não saber de
351. onde vai tirar, mas sabe que vai ter que arranjar recursos para manter seu empreendimento.
352. Diz que maquinário não é problema, como o engenheiro já afirmou, pois hoje se agrega
353. aluga-se, faz-se financiamento. Só não pode fazê-lo enquanto o empreendimento não estiver



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

354. liberado. Quanto à planilha de custos, diz que a Antares fez uma planilha de custos muito
355. bem feita e que já está acoplada ao PRAD e não sabe por que os técnicos ainda não a
356. conhecem. Quanto a outras questões, diz ter certeza de que estão dentro do Plano de
357. Recuperação e não sabe por que dizem que não foi entregue. O **Sr Bráulio**, Consultor do
358. Empreendimento, a respeito do Plano de Aproveitamento Econômico, que, afirma, os
359. Técnicos falam que é insuficiente, diz que não vai questionar, porque foi feito pela ENAL
360. Engenheiros Associados, de Belo Horizonte e não cabe a ele dizer se é um PAE confiável. O
361. **Presidente** diz que a Equipe Técnica que apresentou o trabalho é composta pelo Dr. Stefano,
362. Engenheiro de Minas, Adelson, que é Engenheiro Florestal, e Fabiano, Engenheiro
363. Metalúrgico, com Extensão em Gestão Ambiental. Esclarece aos Conselheiros, abrindo a
364. palavra a eles, que a forma como está sendo colocada a apresentação por parte da Areieira
365. Sobrita é única e exclusivamente de avaliação do Grupo de Técnico. Aqui, no Conselho, as
366. questões são apenas de esclarecimento para informação. Ressalta que o Grupo Técnico está
367. totalmente abalizado, habilitado em termos de dar aprovação. Diz que a forma como foi
368. apresentado pela Equipe Técnica, contrapondo a situação do ponto de vista da apresentação
369. por parte da empreendedora, são apenas itens enumerados dentro da base legal de
370. apresentação do PRAD. Destaca que, neste caso especificamente, foi colocado e foi pedido
371. pelo Ministério Público, através da Ação Civil Pública, que já foi deferida, que houvesse uma
372. situação de apresentação, por parte do empreendedor, de um PRAD preventivo, um PRAD
373. em que se estabelecesse a forma como o empreendedor iria minimizar a situação ocorrida na
374. exploração da mineração de areia feita. Esclarece que o PRAD é um Plano de Recuperação
375. de Áreas Degradadas e tem a ver com todo o sistema de operação de uma mina, objetivando
376. sua ação de vida útil, de recuperação pós-exploração e de fechamento de mina. Neste caso
377. especificamente, por determinação do Ministério Público, foi estabelecido que haveria
378. necessidade de se fazer um PRAD preventivo como forma de demonstração por parte do
379. empreendedor para que viesse a voltar a suas atividades normais econômicas. Por esse
380. motivo, a Equipe Técnica, composta por elementos da Superintendência Regional de Meio
381. Ambiente e por outros da atividade, analisou e estará permanentemente aberta à
382. apresentação, por parte do empreendedor, de dados substanciais básicos, para que possa fazer
383. com que, sendo aprovado o PRAD, se reiniciem as opções para o empreendedor, mediante o
384. cumprimento desse PRAD, para voltar a funcionar. O **Conselheiro Paulo César Lima**
385. informa que não há, na verdade, uma determinação do Ministério Público com relação ao
386. PRAD, há decisão judicial que deve ser cumprida, no sentido de o empreendedor apresentar
387. um PRAD, salvo engano, no prazo de 60 dias. Diz que já foi apresentado uma vez. A Equipe
388. Técnica analisou, deu uma segunda oportunidade e está sendo apresentado nesta segunda
389. oportunidade. Diz que é preciso resolver de forma definitiva. É preciso que o empreendedor
390. se mobilize efetivamente, tome as providências para adequar o empreendimento, corrija as
391. irregularidades apontadas, e, de forma célere, a SUPRAM dê a resposta para o Judiciário.
392. Diz também que a SUPRAM não pode ficar protelando essa decisão. Reafirma que é a
393. segunda oportunidade e é necessário que o empreendedor, rapidamente, resolva essa
394. situação, apresente as correções, e, não o fazendo ou fazendo-o de forma insuficiente, que a
395. SUPRAM tome uma decisão definitiva com relação a isso para que o Juiz possa tomar suas
396. medidas no processo. Não se pode é ficar adiando, apresentando um PRAD em seis meses,
397. um ano. O meio ambiente não agüenta e a situação é complicada na região, como mostram as
398. fotos. Diz que o interesse de todos, inclusive do empreendedor, há de ser a recuperação da
399. área em primeiro lugar. É necessário que essa pendência administrativa seja solucionada de
400. forma célere. **O Presidente diz que quem vai dar a aprovação é o Grupo de Trabalho,**
401. inclusive para efeito junto ao Ministério Público. Diz que o que ficou falado é que, na
402. primeira circunstância, ficou de apresentar novos pedidos, dado que a situação da primeira
403. não era subsistente. Espera-se por uma definição. Foi dado um prazo para que seja
404. apresentado de forma conclusiva o trabalho, para que se possa de plano estabelecer que é
405. inviável a situação por parte do empreendedor. Então se fará a comunicação para as medidas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

406. cabíveis necessárias na sentença já proferida pelo Sr. Juiz de Direito. O **Conselheiro Paulo**
407. **César** diz é necessário que o Judiciário possa efetivamente trabalhar. Para isso a SUPRAM
408. tem que dar respaldo, resolvendo a situação de forma definitiva. Solicita aos membros do
409. Grupo de Trabalho que se debrucem sobre essa questão e a priorizem. Lembra que essa não é
410. a primeira questão grave e histórica do Norte de Minas que é enfrentada pela SUPRAM, em
411. outras oportunidades com sucesso. Cita o caso da SOMAI, de 20 anos de problema com a
412. comunidade e que foi resolvido. Este é só mais um problema e, se houver boa vontade de
413. todos e interesse mesmo – não só interesse protelatório – é possível chegar-se a um termo.
414. Insiste que é preciso que o Grupo de Trabalho dê uma resposta rápida ao Judiciário para que
415. o processo possa seguir. O **Presidente** informa que o Grupo Técnico é constituído pela
416. Secretaria de Meio Ambiente, pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, pela Polícia
417. Militar e pelo IBAMA. Diz que é um grupo multidisciplinar, altamente capacitado. Espera-se
418. a definição. Afirma que o motivo dessa reunião era meramente informativo, para que se
419. possa, num curto prazo, a partir de determinado momento, comunicar a quem de direito,
420. Ministério Público e ao Juiz de Direito, para que tomem as medidas cabíveis, uma vez
421. esgotadas essas condições. Procurou-se fazer como o próprio Secretário pediu, dando uma
422. segunda oportunidade em razão de um PRAD não conclusivo. O **Conselheiro Eduardo**
423. **Gomes** diz que concorda com o Conselheiro Paulo César no sentido de que haja uma
424. exigüidade para encaminhamento de solução dessa questão. Lembra que, ao lado dessa
425. questão ambiental, independentemente desta polêmica, aquela área parada, sem atividade ou
426. sem atividade de recuperação, sem um processo técnico de contenção, é uma das áreas mais
427. comprometidas da região entre Montes Claros e Bocaiúva. Alerta que todo dano ambiental é
428. direcionado diretamente às cabeceiras do Verde Grande. Diz que é preciso que haja
429. consenso, e a ENAL, que é uma empresa credenciada, de porte e reconhecida a nível de
430. estado por projetos ambientais, tem que ter consideração com a análise técnica que foi feita e
431. tem que se posicionar claramente se há condição de atender as situações observadas pelo
432. Grupo de Trabalho que analisou o PRAD e se há condição de adequação. Não se pode
433. imaginar que uma área como aquela, altamente comprometida do ponto de vista de
434. instabilidade ambiental, fique parada à mercê do tempo e da erosão que está prosseguindo
435. numa situação gravíssima. O **Conselheiro Dalton Figueiredo** questiona se a técnica do pneu
436. não é eficaz ou se existem técnicas mais apropriadas, talvez com madeira, bambu, mas que
437. não sejam economicamente viáveis. Questiona também se o talude faz ou não parte do
438. processo. E, se faz, por que não foi contemplado no PRAD, uma vez que é, na opinião da
439. Equipe Técnica, uma das principais agravantes do empreendimento. O **Técnico Stefano**, da
440. SUPRAM NM, diz que o que se verifica na utilização do pneu é justamente a minimização
441. de custo. O certo, no caso do talude, é recuperá-lo inteiro com banco, depois fazer-se o
442. plantio. Diz que tem as fotos do PRAD enviado à SUPRAM pela ENAL e acha até um
443. descaso colocar pneu ao pé de um talude de 30 metros de altura. Diz que, no plano de lavra
444. entregue ao DNPM, o empreendedor declara que esse talude seria recuperado por meio de
445. bancos e plantado em toda sua extensão. Diz que o talude faz parte do processo e foi
446. contemplado de forma a não se fazer a recuperação de sua face, mas simplesmente
447. colocando-se pneus no seu pé. O que se avaliou é que uma recuperação viável,
448. ambientalmente correta seria a construção de bancos, que está contemplada no plano de lavra
449. da empresa. O **Conselheiro Dairton Neres** diz que acha importante dar um enfoque na
450. colocação do Conselheiro Paulo César, no sentido de que haja uma tentativa de consenso do
451. ponto de vista da conciliação técnica sob todos os aspectos do relatório apresentado. Diz que
452. lhe parece que as proposições feitas pelos técnicos da SUPRAM são diametralmente opostas
453. aos argumentos apresentados pelo empreendedor. Diz que o que se questiona na verdade é
454. que, mesmo superado o problema dos pneus, como colocado pelo Conselheiro Dalton, ou
455. mesmo pela questão do programa financeiro ou custos unitários, ainda há uma série de outros
456. aspectos técnicos que são questionáveis. Sugere que haja uma avaliação consensual por parte
457. dos técnicos do empreendedor, no sentido de adequar ao relatório apresentado. A **Sra.**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

458. **Marlene Tavares**, responsável pelo empreendimento Areieira Sobrita diz que, em Pirapora,
459. tentou colocar para o Conselho que há dois anos está nessa luta e vê que, finalmente, se está
460. chegando a um ponto de diálogo, de discussão, porque antes nem isso existia. Diz que não é
461. engenheira, mas tem relatórios de engenheiros que elaboraram o PRAD, que questionam o
462. relatório feito, pelos técnicos da SUPRAM NM. Ao mesmo tempo, diz que os engenheiros da
463. ENAL mandaram o projeto para um ex-engenheiro de minas aposentado da FEAM, e o
464. resultado foi satisfatório. Mandaram também para um professor da USP e o resultado
465. também foi satisfatório. Diz ter os dois documentos. Informa que o ponto de degradação que
466. está causando a polêmica foi explorado pela areieira REAL. Quando assumiu, a situação já
467. existia. Confessa que não tinha a experiência que tem hoje. Com o marido doente, foi
468. obrigada a assumir o empreendimento e foi tocando a toque de caixa. Diz que quer recuperar
469. mesmo o que não explorou. Já assumiu. Quer apenas que se siga a sugestão do Conselheiro,
470. que haja consenso. Se há erro no PRAD, ele já foi apresentado três vezes, já foi corrigido
471. duas vezes. Questiona por que não se senta com o engenheiro que está elaborando o PRAD e
472. diz o que foi falado nesta reunião. Questiona se é possível os técnicos se assentarem com seu
473. engenheiro Dr. Bráulio, para resolver a questão. O Presidente informa à empreendedora que
474. a comissão e o Grupo Técnico estão abertos à apresentação contraponto. Diz que, em relação
475. às situações de avaliação feitas por terceiros referentes ao relatório do PRAD, isso é
476. pertinente ao Grupo de Trabalho. Não é a Unidade Regional que fará essa análise. Pode-se
477. marcar uma reunião para se debater a situação, mas no âmbito do Grupo de Trabalho. Diz
478. que o que coloca o Conselheiro Paulo César é que se está sempre adiando. A solução
479. colocada pelo Conselheiro Eduardo é que a situação de impacto é relevante e tem que ser
480. corrigida. Ressalta que se está incorrendo num prazo, e o prazo dado é uma pertinência que
481. hoje está na mão do empreendedor de procurar resolver o problema. Diz que o que foi feito
482. através do relatório conclusivo, que é diametralmente oposto ao da apresentação, ainda que
483. de uma empresa reconhecida, é que as coisas têm que ser apresentadas e discutidas. Não se
484. vai fugir à marcação da reunião. Diz que é preciso chamar o Grupo de Trabalho, marcar por
485. parte do empreendedor e tentar verificar justificativa ponto a ponto. Afirma que o Grupo de
486. Trabalho tem sua capacitação e vai fazer uso dela. É um processo básico de convencimento
487. da situação do empreendedor para que se chegue a bom termo. A Abertura está feita e a
488. situação é esta.

491. **6. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia e de Instalação - Pomar**
492. **Brasil Agroindustrial Ltda – Fabricação de sucos – Jaíba/MG – PA n°**
493. **11389/2006/001/2007 -Apresentação: SUPRAM NM**

494. O **Presidente** informa que a Dra. Maria Cláudia foi nomeada nova Superintendente do Alto
495. São Francisco e será substituída pela Dra. Laís, anteriormente Superintendente do Alto São
496. Francisco. Diz que, em uma viagem à região Noroeste, Maria Cláudia percebeu que a equipe
497. técnica, independentemente de ser argüida ou não, fazia um breve relato de apresentação
498. muito relevante. E isso já foi colocado na última reunião em Montes Claros. Diz que na
499. proposição dos pontos de pauta, independentemente de os Conselheiros argüirem ou não, a
500. equipe técnica fará um breve relato audiovisual, rápido, mas objetivo, sobre a forma como
501. conduziram a vistoria apresentada no relatório técnico sob forma de Parecer Único, para
502. instrução dos Conselheiros. Diz ser um pequeno tempo que considera da maior valia até
503. como forma de se fazer uma avaliação do trabalho realizado pela equipe técnica que terá
504. oportunidade de mostrá-lo de maneira concreta através do audiovisual. **Márcia da**
505. **Conceição Lopes Fonseca**, Técnica da SUPRAM NM, diz que o empreendimento pleiteia
506. concomitantemente a LP e a LI. É Classe III; sua atividade é fabricação de sucos; a
507. finalidade é o processamento industrial de sucos e concentrados de frutas tropicais, nos
508. sabores abacaxi, maracujá, goiaba e manga. A área total do empreendimento é 263.000m²,
509. equivalente a 26.3ha., que corresponde a 4 lotes, do n° 255 a 258. Nesta primeira fase, o
510. empreendimento vai ser implantado em 2 lotes (256 e 257), e os demais lotes serão utilizadas
511. na segunda fase. O empreendimento será implantado em 5 anos. A área construída nesta



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

512 primeira fase é de a 131.500m², equivalente a 13.5ha. Informa que todo o perímetro irrigável
513 da Jaíba está planejado desde a década de 70, iniciado pela Codevasf e Ruralminas. Por isso,
514 todas as reservas legais, unidades de conservação ambiental já estão definidas, da mesma
515 forma que as áreas de desmate já estão definidas pelo IEF. A área de reserva legal fica na
516 etapa 1 do Projeto Jaíba e é de 8.651,8ha. O empreendimento está implantado na etapa 1 do
517 projeto Jaíba, e sua fonte hídrica é o canal CP2, do rio São Francisco, outorgado pela ANA.
518 A conclusão do processo é o deferimento e a validade de licença é 4 anos. Justifica que o
519 empreendimento está em fase inicial e, conforme o RCA e o PCA, está de acordo com as
520 normas ambientais. Diz que o empreendimento tem preocupação de se instalar
521 adequadamente no município. Em vistoria, constatou-se que está na fase de desmate. É um
522 carrasco, pequenas árvores. Já é licenciado pelo IEF. Diz ter sido feita a sondagem do solo
523 que é tido como ideal para o início das fundações da implantação do empreendimento.
524 Mostra a entrada que está na estrada que liga Jaíba a Mocambinho. Apresenta mapas do
525 Projeto Jaíba, localizando o empreendimento dentro da área. Ressalta ser viável a liberação
526 da licença para o empreendimento, porque está de acordo com as normas. O **Presidente**
527 coloca em discussão e pergunta se o empreendedor gostaria de complementar alguma
528 informação. Não havendo qualquer manifestação, coloca em julgamento o Processo
529 Administrativo para exame de Licença Prévia e de Instalação - Pomar Brasil Agroindustrial
530 Ltda. – Jaíba, na forma do Parecer Único. É **aprovado** pela maioria. Passa ao ponto seguinte,
531 dizendo que fará a declaração dos processos e, em seguida, a equipe técnica fará uma breve
532 alocação nos aspectos de cada um de per si, antes de se entrar na etapa de julgamento.

7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva –

534 **7.1 – Produção Comércio de Derivados de Petróleo – Comércio varejista de**
535 **combustível e lubrificantes exclusive gás liquefeito de petróleo – Montes Claros/MG –**
536 **PA n° 3725/2001/001/2001**

537 **7.2 – Peças Ltda - Comércio varejista de combustível e lubrificantes exclusive**
538 **gás liquefeito de petróleo – Taiobeiras/MG – PA n° 2234/2002/001/2002**

539 **7.3 – Jakson Duarte Balieiro – Facção e confecção de roupas, peças de vestuário com**
540 **lavanderia – Espinosa/MG – PA n° 13549/2005/001/2005**

541 **Apresentação: SUPRAM NM**

542 **Reinaldo Miranda Fonseca**, Técnico da SUPRAM NM, apresenta o o item 7.1 - Produção
543 Comércio de Derivados de Petróleo – Comércio varejista de combustível e lubrificantes
544 exclusive gás liquefeito de petróleo – Montes Claros/MG – PA n° 3725/2001/001/2001. Diz
545 que, pela capacidade de armazenamento, 60m³, enquadra-se na Classe I. O tipo de licença
546 pleiteada é uma Licença de Operação Corretiva. Os tanques foram instalados em 1995.
547 Houve uma reforma em 2003, quando foram trocados os tanques. Diz ser importante essa
548 data, porque se analisa a vida útil dos tanques. Localiza-se na área urbana de Montes
549 Claros/MG. A distribuidora é a BR Distribuidora S.A. Sugere-se o deferimento, com a
550 validade de 6 anos. Mostra que, na análise de um posto de gasolina, deve-se levar em conta
551 todo um sistema de canaletas, como se vê na lâmina apresentada, prevendo-se um possível
552 derramamento. Destaca que se deve levar em conta também o automonitoramento. Dois tipos
553 são importantes: primeiro, com relação ao teste de estanqueidade. Cita a DN 050, que pede
554 que, a partir de 10 anos de vida útil do tanque, torna-se necessário que, anualmente, sejam
555 avaliados os tanques para se verificar se não há vazamentos neles. Informa que o material
556 drenado é conduzido para uma caixa separadora de água e óleo, sendo o óleo separado
557 destinado a uma empresa credenciada para reutilização. Mostra foto da área de lavagem cujo
558 piso apresenta trincas e cujas canaletas não estavam adequadas. Para essa área foi pedida
559 manutenção periódica. Mostra, em seguida, a mesma área com a adequação realizada. Diz
560 que, tendo feito a abertura da caixa separadora de água e óleo, constatou-se, a olho nu, sua
561 eficiência. Pede-se que, no automonitoramento, se faça a análise da água para se comprovar
562 essa eficiência. **Fabiano**, Técnico da SUPRAM NM, apresenta o relatório do Item 7.2 –
563 **Peças Ltda - Comércio varejista de combustível e lubrificantes exclusive gás liquefeito**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

564 de petróleo – Taiobeiras/MG. Informa que o tipo de licença é LOC, Licença de Operação
565 Corretiva. Atividade: Comércio varejista de combustível e lubrificantes. Finalidade: é posto
566 revendedor. Tem área total de 2.477m² e área construída de 181m². Tem como fonte hídrica
567 água proveniente da Copasa. A conclusão é pelo deferimento, e a validade por 06 anos.
568 Apresenta ainda o item 7.3 – Jakson Duarte Balieiro – Facção e confecção de roupas, peças
569 de vestuário com lavanderia – Espinosa/MG. Informa que o tipo de licença é LOC, Licença
570 de Operação Corretiva. A atividade é facção e confecção de roupas, peças de vestuário.
571 Finalidade: facção e confecção de roupas. Tem área total de 16.000m² e área construída de
572 3.000m². A fonte hídrica é um poço artesiano já outorgado pelo IGAM, com validade de 05
573 anos, e também água da Copasa. A conclusão é pelo deferimento e validade por 06 anos. O
574 **Presidente** faz uma menção ao último ponto de pauta, por solicitação da Assessoria Jurídica,
575 informando que foi anexada, com relação à parte final do Parecer Único, a inclusão do
576 programa de automonitoramento, que foi distribuída para os Conselheiros. O **Técnico**
577 **Fabiano** esclarece que a página 10 foi entregue no momento da reunião, porque houve um
578 erro de digitação. Solicitou-se, então, que se comunicasse aos Conselheiros a modificação
579 com relação ao automonitoramento dos efluentes industriais. O **Conselheiro Damastor**
580 **Alves de Souza**, representante do Grupo Ecológico Campista de Montes Azul, questiona
581 sobre o termo “exclusive”, na apresentação dos processos. O **Presidente** esclarece. O
582 **Conselheiro Jônatas Gonçalves**, do Codema de Mirabela, diz que, no processo de Jakson
583 Duarte Balieiro, cita-se que a empresa apresentou um laudo de avaliação de ruídos, mas não
584 se deu detalhe, e diz ainda que a empresa deveria apresentar uma proposta para mitigar esse
585 impacto. Pede que se esclareça o prazo dado à empresa. O **Técnico Fabiano** diz que a
586 empresa apresentou um laudo de avaliação de ruído mais com a finalidade de segurança
587 ocupacional. Informa que se trabalha sobre a Lei Estadual 10.100, de 17 de janeiro de 1990,
588 e ela determina que a análise do ruído seja feita no entorno do empreendimento, porque, para
589 o órgão ambiental, interessa mais a parte externa do empreendimento. Por isso se pediu uma
590 nova avaliação no entorno do empreendimento, apesar de esse tipo de impacto não ser de
591 grande relevância para o empreendimento. Mas o fez mais para ficar despreocupado e na
592 certeza de que estará tudo correto. Questionado pelo **Conselheiro Jônatas Gonçalves**,
593 informa que colocou como condicionante. O **Conselheiro Paulo César** pede esclarecimento
594 a respeito da pesquisa do passivo ambiental. O **Técnico Fabiano** esclarece que, na página 4,
595 consta o relato, onde se conclui pela não continuidade da investigação do passivo ambiental
596 por não se ter detectado contaminação. O **Técnico Reinaldo** informa que, com relação ao
597 item 7.1 – Produção Comércio de Derivados de Petróleo, foi feita a fase I do VOC e foi
598 constatado que alguns pontos estavam contaminados, tendo-se solicitado, então, a realização
599 da fase II. Informa que, nas páginas 5 e 6, consta esse assunto. Diz ainda que, depois de feita
600 a fase II, foi jogado no programa de análise de risco –REBECA- e foi constatado que a parte
601 do solo não apresentava contaminação, porém necessitava de uma atenção especial com
602 relação à parte da água. Sugeriu-se que se fizessem novas análises da água retirada.
603 Posteriormente, fez a análise e não se constatou contaminação em nenhuma amostra. Destaca
604 que se passou pelos três processos. O **Conselheiro Dalton Soares Figueiredo**, representante
605 da Prefeitura de Pirapora, questiona qual é a destinação do esgoto, sobretudo a parte do
606 tingimento. **Fabiano** esclarece que a empresa tem uma pequena estação de tratamento onde é
607 gerado em torno de 30m³ de água/dia, sendo a capacidade de tratamento de 100m³. É um
608 tratamento baseado nos princípios físico-químicos de coagulação e floculação. Acrescenta
609 que a ETE é composta de vários compartimentos: o tanque de equalização, os tanques
610 dosadores de floculante, os tanques decantadores, os filtros e leito de secagem. O efluente,
611 depois de passar pelo filtro vai para uma caixa de aproximadamente 20 a 30m³ e é
612 reaproveitado, o que é muito importante. Só depois de reutilizado, uma pequena parte vai ser
613 descartada num curso d’água a aproximadamente 200 metros de distância. O **Conselheiro**
614 **Dalton Figueiredo** questiona se o sistema é eficiente e monitorado. O **Técnico Fabiano**
615 afirma que o empreendedor vai ter que provar a eficiência e é auto monitorado. Diz que há



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

616 um documento da empresa que fez o projeto da ETE garantindo eficiência. Caso não tenha
617 eficiência, o empreendimento vai ter fazer modificação no sistema. O **Presidente** informa
618 que isso faz parte da folha 10, que é o automonitoramento, com os prazos determinados.
619 Coloca em julgamento, na forma dos Pareceres Únicos, os três processos: 7.1 – Produção
620 Comércio de Derivados de Petróleo; 7.2 – Compeças Ltda; 7.3 – Jakson Duarte Balieiro. São
621 **aprovados** pela maioria. Passa ao item seguinte.

622 **8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva – Rio Doce**
623 **Manganês S/A – Silvicultura e produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada**
624 **– Olhos D Água/MG – PA n° 12349/2005/001/2006 – Apresentação: SUPRAM NM**

625 O **Conselheiro Paulo César** pede vistas do processo. O **Presidente** informa que a
626 apresentação dos técnicos será feita na próxima reunião quando o processo retornar e
627 concede vistas ao **Conselheiro Paulo César**. Passa ao próximo item, informando que são
628 processos de vistas.

629 **9. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva –**

630 **9.1 – Nestlé Waters Brasil – Bebidas e Alimentos Ltda. – Silvicultura – Mirabela/MG**
631 **– PA n° 90336/2004/001/2004.**

632 O **Presidente** diz que o processo de vistoria foi solicitado pelo **Conselheiro Major Jorge**
633 **Bonifácio**. Antes que ele exponha, a equipe técnica fará uma apresentação sucinta do
634 processo. **Márcia**, Técnica da SUPRAM NM, informa que o empreendimento é Nestlé
635 Waters Brasil – Bebidas e Alimentos Ltda. O processo de licenciamento é da unidade de
636 reflorestamento de Mirabela, localizada no município de Mirabela. A Classe do
637 empreendimento é IV, o tipo de licença é LOC, a atividade é silvicultura. A finalidade é
638 produção de lenha de floresta plantada de eucalipto para abastecimento de caldeiras e
639 geração de vapor que é utilizado na fábrica Nestlé para a produção de leite condensado. A
640 área total do empreendimento é 1931ha; a área de floresta plantada é 1455ha; a reserva legal
641 é de 387ha; fonte hídrica é poço artesiano outorgado pelo IGAM. A conclusão é pelo
642 deferimento e a licença de 06 anos. Apresenta uma seqüência fotográfica sobre o
643 empreendimento. Diz ainda que o empreendimento se iniciou em 1986. A exploração
644 florestal teve início em 1994. Existe um poço de abastecimento adequado, conforme as
645 normas. Mostra embalagens que são adequadas em galpão, sendo enviadas a Montes Claros e
646 destinadas à empresa que as recebe. Mostra reservas legais cercadas e estradas e aceiros bem
647 conservados. Mostra uma APP, que faz parte, como condicionante, de um TAC firmado entre
648 a Nestlé e o Ministério Público em 25/11/ 2005. Utiliza pouco defensivo agrícola porque se
649 usa o procedimento de rebrota. Os talhões são desmatados conforme a necessidade da
650 empresa de modo a não haver desmate desnecessário. A última vistoria foi feita no dia 03 de
651 maio e se verificou que existe um lodo, o bio-sólido, que é lançado no talhão 3, como
652 experimento. Informa que se contratou uma empresa de fora que estuda esse material.
653 Apresenta uma apostila sobre o assunto. O bio-sólido é resíduo do leite e é grande nutriente
654 para a planta. Diz que o objetivo é aproveitar os efluentes líquidos industriais tratados na
655 estação de tratamento de esgoto da empresa e tem como finalidade atender as exigências
656 ambientais e também a fertilidade do solo beneficiando a cultura do eucalipto. O tratamento é
657 feito através de lodos ativados em fluxo contínuo com aeração prolongada, utilizando-se
658 aeradores de superfície. Diz que se pediu o deferimento porque foi feita análise de duas
659 amostras de solo, uma com bio-sólido e outra normal, e os resultados da análise feita pala
660 UFMG mostraram: o potássio, o cálcio e o manganês são benéficos para o solo, para a
661 produtividade da planta. O alumínio e o hidrogênio são tóxicos. Diz os solos do cerrado
662 geralmente têm alta concentração de alumínio. O solo tratado com o lodo diminui a toxicidade
663 do alumínio no solo. Concluiu-se que a aplicação do bio-sólido no solo é benéfica. O
664 **Conselheiro Major Jorge**, Comandante da Polícia de Meio Ambiente, diz que esteve no
665 local no dia 03 de maio de 2007 e se fez o boletim de ocorrência. Parabeniza o pessoal do
666 Codema de Mirabela que mostrou estar atento à questão. Diz que, ao fazer o Boletim de
667 Ocorrência, solicitou às técnicas que fizessem a coleta de material para análise e verificou,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

668 no local, que não há nenhum curso d'água próximo. Diz que, tirando-se o mau cheiro do lodo
669 e as moscas, não há qualquer problema. Afirma que, depois dessa vistoria, é pelo
670 deferimento da Licença Corretiva. **Márcia**, Técnica da SUPRAM, sugere que se coloque
671 uma condicionante para se buscar uma alternativa para se neutralizar o mau odor do lodo:
672 “Apresentar propostas de medidas mitigadoras para controle dos impactos gerados pelos
673 odores desagradáveis dos lodos biológicos da unidade industrial Nestlé do município de
674 Montes Claros. Prazo 60 dias.” Esclarece que o lodo é gerado em Montes Claros. O
675 **Conselheiro Ney Barbalho**, do IBAMA, questiona à Técnica se houve alguma análise
676 quanto a metais pesados e por que não houve. A **Técnica Márcia** diz que buscou informação
677 em cima da análise da UFMG e lá não constam metais pesados. O **Conselheiro Ney**
678 **Barbalho** diz que essa análise é uma análise de solo comum e questiona mais uma vez se
679 houve pedido de levantamento de metais pesados nesse bio-sólido. O **Sr. Rodrigo**,
680 representante da Nestlé de Montes Claros, informa que o lodo que se dispõe em Mirabela não
681 tem metais pesados porque vem do leite no qual já se faz análise de metais pesados para a
682 produção de leite condensado. Acredita que não deve sair, na análise normal do solo, o
683 número de metais pesados presentes no solo. Garante que o lodo não tem metais pesados. O
984 **Conselheiro Major Jorge** questiona por que o deslocamento desse lodo de Teófilo Otoni
985 para Mirabela. O **Sr. Rodrigo** informa que a Nestlé possui duas fábricas – Teófilo Otoni e
986 Montes Claros - cuja sede é gerenciada por Montes Claros. Justifica-se por a gestão ser feita
687 por Montes Claros e não se ter, em Teófilo Otoni, local para fazer essa disposição. O
688 **Conselheiro Jônatas Gonçalves** pergunta se há alguma licença específica para o transporte
689 desse lodo até Mirabela. **Hélio Moraes**, Diretor Técnico da SUPRAM, informa que se tem
690 que verificar essa questão, porque a SUPRAM não faz licenciamento de transporte. Diz
691 saber-se que se licencia transporte de materiais perigosos. Não sabe se esse caso seria
692 passível de licenciamento. Propõe confirmar posteriormente. O **Conselheiro Major Jorge**
693 questiona se cabe à FEAM fazer esse licenciamento ou se ela tem que ser informada. **Hélio**
694 **Moraes** diz que vai verificar e dará resposta na próxima reunião. O **Presidente** diz que isso é
695 um ponto interessante. Há uma norma específica de transportes perigosos e é concedido
696 licenciamento individual para transportes perigosos. Isso é um resíduo e tem que ser
697 verificado. Pede que na próxima reunião se traga a informação para subsidiar os
698 Conselheiros. O **Conselheiro Major Jorge** diz que, mais uma vez, gostaria de ressaltar o
700 trabalho do Codema de Mirabela que mostra estar atento à questão dos resíduos sólidos no
701 município. Diz que, em questão de meio ambiente, tem-se que ser egoísta mesmo e estar
702 atento. A ajuda à Polícia Militar e ao COPAM foi muito grande. O **Conselheiro Dalton**
703 **Figueiredo** pede que o representante do empreendedor esclareça se o resíduo é só da Fábrica
704 de Montes Claros e se Teófilo Otoni é fábrica de leite condensado. Justifica dizendo que, na
705 reunião passada, Luís Cláudio esclareceu que o resíduo era só de Montes Claros, e a placa do
706 carro é que era de Teófilo Otoni. O **Sr. Rodrigo** informa que 90% do lodo vêm da fábrica de
707 Montes Claros e 10% ou menos, da fábrica de Teófilo Otoni., que produz pré-condensado
708 para a fabricação de leite Moça em Montes Claros. Diz que talvez Luís Cláudio não tenha
709 deixado claro como a fábrica de Teófilo Otoni trabalha juntamente com Montes Claros. O
710 **Conselheiro Paulo César** pergunta se o empreendedor tem reflorestamento em Teófilo
711 Otoni. O **Sr. Rodrigo** informa que não e que lá se trabalha com caldeira a óleo. O
712 **Presidente** questiona se está tudo esclarecido e lembra que a informação será trazida na
713 próxima reunião. Coloca em julgamento processo da Nestlé Waters Brasil, em Mirabela/MG,
714 na forma do Parecer Único. O processo é **aprovado** pela maioria. Passa ao item seguinte,
715 lembrando que se trata de um pedido de vistas solicitado conjuntamente pelo Conselheiro
716 Major Jorge e pelo Conselheiro Paulo César.

717 **9.2 – Gerda Aços Longos S.A/Fazenda Ribeirão – Viveiro de produção de mudas e**
718 **silvicultura – Olhos D água/MG – PA nº 245/2006/001/2006.**

719 **José Aparecido**, Técnico da SUPRAM NM, informa que é uma Licença de Operação
720 Corretiva. A Classe é IV, conforme a DN 74. Atividade: viveiro de mudas, com produção de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

721 12 milhões de mudas por ano. A atividade foi implantada em 2005. Há também a atividade
722 de silvicultura, com 2.200ha. de eucalipto, implantada desde 2003. A conclusão é pelo
723 deferimento do processo, sendo colocado um parecer condicionante para resolver problemas
724 identificados no empreendimento. Faz apresentação de fotografias do empreendimento. As
725 reservas legais são 05 glebas. Em duas glebas, a 4 e 5, há uma vegetação de cerrado mais
726 rala, em regeneração. As glebas 1, 2 e 3 são área mais densa, mais fechada. Na gleba 3, foi
727 encontrado um depósito de madeira. Foi colocada condicionante para solução desse
728 problema. Com relação à captação de águas pluviais, também foi colocada uma
729 condicionante a construção de uma canaleta para captação dessa água. Foi ainda colocada
730 condicionante para a impermeabilização da bacia de acumulação de efluentes para onde flui a
731 linha final de efluentes do sistema de fertirrigação. Diz ainda ter observado a invasão de
732 cultura de eucalipto em áreas de vereda, não sendo respeitada a distância de 80m, conforme a
733 legislação vigente. Também foi colocado como condicionante, após o ciclo da cultura, fazer
734 com que essa área regenere. Mostra um barramento detectado na propriedade que foi
735 colocado no processo como licenciamento. Explica que, como não era para utilização da
736 água em irrigação ou qualquer outra atividade, não pode ser considerado como atividade da
737 DN 7404. Colocou-se uma regularização ambiental para esse barramento como área de
738 ocupação antrópica em APP, pois foi identificado que o barramento é em vereda. O
739 **Conselheiro Paulo César** diz que fez vistoria no empreendimento juntamente com dois
740 policiais militares, um técnico da UFMG, acompanhado do representante da empresa,
741 Sr.Ferreira, e José Nilson. Verificaram-se algumas irregularidades no empreendimento, sobre
742 as quais diz ter encaminhado parecer. Propõe algumas condicionantes em acréscimo às da
743 SUPRAM. A condicionante 1 seria: “Proceder ao encerramento do lixão no local atual com
744 apresentação de projeto de recuperação da área, incluindo realocação do aterro controlado a
745 local apropriado , no prazo de 30 dias.” Diz que o lixão é pequeno e encontrou-se fogo. Na
746 verdade, não é um aterro controlado. 2. “Implementar na propriedade sistema de coleta
747 seletiva de resíduos – prazo de 60 dias.” Diz que a empresa informou que, dentro do
748 programa de qualidade, já está se adequando. 3. “Apresentar projeto de recuperação e
749 abandono das APPs onde há construção indevida de aceiros e plantio de eucalipto dentro da
750 área de 80 metros a contar do solo característico de veredas, com cronograma de execução.
751 Prazo de 60 dias.” 4. “Proceder ao cercamento e identificação com placas da área de APP
752 próxima à sede da propriedade que se encontra em precário estado de conservação.” Explica
753 que a cerca é muito ruim. 5.“Apresentar o projeto de reutilização das águas depositadas na
754 bacia de contenção de rejeitos. Prazo de 60 dias.” 6.“Proceder ao monitoramento da
755 qualidade de água do barramento existente na propriedade, semestralmente, durante a
756 validade da licença”. Quanto à ocupação da APPs por aceiros e plantação de eucalipto, foi
757 feito levantamento e a área é estimada em torno de 12ha. Isso está sendo valorado pela
758 UFMG e depois será encaminhada à Promotoria de Bocaiúva para se fazer uma composição
759 com a Gerdau nesse sentido. Explica que, além de sair da área, há um passivo ambiental e
760 um custo ambiental, pois o ecossistema natural que deveria estar junto com o eucalipto não
761 está. Diz que é este seu parecer pelo deferimento com o acréscimo dessas condicionantes,
762 juntamente com as condicionantes propostas pela SUPRAM NM. O **Presidente** coloca em
763 discussão. Pergunta se o empreendedor quer se manifestar. Coloca em votação o processo da
764 Gerdau Aços Longos S.A/Fazenda Ribeirão, em Olhos D’Água/MG, na forma do Parecer
765 Único. É **aprovado**. Coloca em destaque a aprovação das novas condicionantes e
766 recomendações estabelecidas pelos Conselheiros que pediram vistas ao processo e coloca em
767 votação. É **aprovado** pela maioria. Passa-se ao item seguinte.

768 **10. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação AD REFEREDUM --**
769 **Prefeitura Municipal de Janaúba – Aterro Sanitário Municipal - Janaúba/MG – PA n°**
770 **288/1990/003/2006 - Apresentação: SUPRAM NM**

771 José Aparecido, Técnico da SUPRAM NM, diz que é um empreendimento Classe III e a
772 conclusão é pelo deferimento do processo. Informa que o aterro sanitário vai ser construído



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

773 no local onde atualmente é feita a disposição dos resíduos sólidos. Em vistoria, constatou-se
774 que o que está sendo feito está de forma inadequada. Pelas fotos se vê que não há nenhuma
775 vegetação de importância significativa para a região. Constatou-se grande número de
776 catadores de lixo no local. Apresenta uma planta do projeto técnico de construção do aterro
777 sanitário. Como está no Parecer, será feito em três etapas, com duas fases para cada etapa. O
778 plano de vida útil do aterro é de 27 anos. Para recuperação do atual depósito de lixo, está-se
779 contemplando a implantação do aterro controlado. O **Presidente** coloca o processo em
780 discussão. O **Conselheiro Eduardo Gomes**, abordando a condicionante nº 5, diz que fica
781 preocupado porque o resíduo do aterro é um resíduo concentrado, chorume. Questiona se não
782 foi previsto um pré-tratamento desse resíduo antes de seu direcionamento ou se estação de
783 tratamento de esgotos da Copasa tem capacidade de recebê-lo e não vai haver
784 comprometimento. **José Aparecido** diz que inicialmente, na LP, foi apresentado um projeto
785 com sistema de tratamento para os efluentes líquidos gerados nos maciços de lixo. Na LI, foi
786 enviado outro projeto no qual é contemplado o recebimento desses efluentes pela ETE da
787 Copasa. Diz ter havido uma preocupação da equipe em relação a essa situação. Procurou-se a
788 Conselheira Mônica, da Copasa, fez-se reunião com representantes da Prefeitura de Janaúba
789 para esclarecer essa situação. Apesar de, no processo haver um ofício da Copasa falando da
790 possibilidade de receber esses efluentes, procurou-se esclarecer mais. Atualmente, não tem
791 condições de receber, mas, como é uma licença de instalação, até a operação deve estar com
792 capacidade de receber os efluentes. Diz que a equipe deixou claro que o empreendimento só
793 tem condições de funcionar com a capacidade de tratamento desses efluentes na ETE do
794 município. O **Conselheiro Eduardo Gomes** quer saber se, dentro do processo completo, a
795 Copasa emitiu e assinou um parecer técnico. **José Aparecido** diz que a SUPRAM tem um
796 ofício no qual ela declara a capacidade receber esses efluentes do aterro sanitário. **Hélio**
797 **Morais**, Diretor Técnico da SUPRAM NM, diz que a Copasa se comprometeu a fazer esse
798 tratamento. Para a SUPRAM isso é o bastante. Não importa se o tratamento vai ser feito pela
799 prefeitura ou pela Copasa. O que importa é que ele seja feito. O **Presidente** diz que entende a
800 preocupação do Conselheiro porque se trata de uma licença de instalação, o que pressupõe o
801 comprometimento da base física do processo em que se configura o papel das partes, quem
802 vai realizar o quê. No momento em que se fizer situação do licenciamento de operação, os
803 compromissos de ordem operativa vão ser feitos sob forma de condicionante. O
804 empreendedor vai apresentar, no momento oportuno do processo, o projeto de licença de
805 operação. **Hélio Moraes** diz que vai haver muito tempo para isso porque, até se chegar ao
806 ponto de se terem os efluentes, é coisa de alguns anos. É um processo que vai acontecer
807 tranquilamente e é certeza que vai haver o tratamento. O **Conselheiro Eduardo Gomes**
808 propõe uma alteração no item 8: “promover a remoção dos catadores de lixo que se
809 encontram instalados no atual depósito de lixo municipal.” Diz que o problema dos catadores
810 de material reciclado está sendo trabalhado no Brasil inteiro como forma de inserção social-
811 econômica de uma comunidade importante, carente. Faz notar que os catadores não são de
812 lixo, são catadores de material reciclável. Seu trabalho, além do benefício ambiental da
813 reciclagem, beneficia diretamente financeiramente o município porque presta serviço ao
814 município ao retirar volumes de lixo que iriam para o aterro encarecendo no custo
815 operacional, além de ampliar a capacidade da vida útil do aterro. Sugere que se escreva
816 “catador de material reciclável” e que a prefeitura faça um programa de inserção social-
817 econômica dos catadores n programa de coleta seletiva. O **Conselheiro Dalton Figueiredo**
818 reforça a sugestão do Conselheiro Eduardo no sentido da remoção dos catadores e sua
819 capacitação visando à implantação de um programa de coleta seletiva, porque é um programa
820 de inclusão social. Cita como exemplo os benefícios conseguidos em Pirapora, além da
821 questão técnica de prolongar a vida útil do aterro, de ajudar na educação ambiental da
822 comunidade e na geração de renda. Informa que, em Pirapora, os catadores tiram, em média,
823 por mês, R\$ 400,00. Informa também que existem financiamentos. Estará recebendo uma
824 equipe do BNDES com linhas não reembolsáveis, financiando essas associações para



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

825 construção de refeitório, vestiário, melhoria de condições de vida. Sugere colocar como
826 condicionante a capacitação e a implantação de um programa de coleta seletiva de lixo para
827 os catadores. A **Conselheira Luciane Carvalho** elogia a equipe técnica da SUPRAM NM
828 que fez um trabalho de caracterização muito bom. Sobre os catadores de resíduo diz que há
829 projetos para integração, inclusive parceria com a Cáritas e com a Secretaria de Educação. O
830 município tem apresentado projetos como o “Janaúba joga limpo”, em benefício dos
831 catadores de resíduos, que faz com que ajude na interferência social, como referido na página
832 11 do processo. Diz que as secretarias vêm se empenhando para o benefício das pessoas que
833 estão nessa ação de catadores de resíduos. Diz que as fotos foram chocantes e, quanto ao
834 aspecto físico do ambiente, o município tem feito melhorias com relação ao próprio depósito
835 de lixo, e o projeto tem demonstrado isso, além de outras melhorias. Afirma que o projeto vai
836 ser muito viável e vai ser muito bom para o município, melhorando os impactos causados
837 pelo depósito de lixo. Sugere que os técnicos conheçam o projeto “Janaúba joga limpo”. O
838 **Presidente** diz que a questão básica que se coloca, na discussão do processo, feita pelo
839 Conselheiro Eduardo, à luz da condicionante nº 5, que ele comentou, é a alteração para a
840 condicionante nº 8. A redação passa a ser “catadores de material reciclável” e “que a
841 Prefeitura faça programa de inserção social e econômica na atividade de coleta seletiva,
842 incluindo a capacitação técnica”. Prazo de 90 dias para o projeto. O **Conselheiro Reinaldo**
843 **Landulfo** sugere que se implante a usina de reciclagem e compostagem. Diz que, pelos
844 volumes de aterro, são 47 toneladas/dia. Isso poderia gerar muita renda e possibilitar a
845 ampliação da vida útil do aterro, prevista para 27 anos. Sugere que se coloque como
846 recomendação. O **Presidente** diz que é louvável que se coloque como recomendação,
847 porque a usina de compostagem será motivo de outra situação adicional a essa situação.
848 Lembra que a apresentação do processo é para um aterro municipal. A equipe técnica fará a
849 recomendação específica à Prefeitura. Coloca em julgamento o processo de Aterro Sanitário
850 Municipal da Prefeitura Municipal de Janaúba. O processo é **aprovado** pela maioria. Destaca
851 a alteração sobre a condicionante nº 8 que passa a ter a redação já lida e apresentada pelo
852 Conselheiro Eduardo. Colocada em votação, é **aprovada** pela maioria.

853 **11. Assuntos Gerais** – O **Presidente** informa que se entra na parte final da reunião
854 considerando o Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais concomitantes. O
855 **Conselheiro Dalton Figueiredo** observa que sua intervenção deveria ser feita quando da
856 discussão do processo da Nestlé, mas sugere que é prudente colocar como recomendação no
857 licenciamento da Nestlé o licenciamento da disposição do resíduo sólido, porque estaria
858 havendo um vácuo tanto no licenciamento da fábrica de Teófilo Otoni como da fábrica de
859 Montes Claros quanto à disposição desse resíduo. Considera que isso tem que ser licenciado
860 pela SUPRAM, e a empresa deve fazer um processo simples de um pedido de licenciamento
861 ou de autorização de disposição desse resíduo, até mesmo para resguardar a própria empresa,
862 os Conselheiros e a SUPRAM. O **Conselheiro Paulo César** sugere que os técnicos da
863 SUPRAM verifiquem o licenciamento da empresa e, dentro dele, qual o sistema de
864 disposição de resíduo. Se for o caso, chamar a empresa para uma adequação. Comunica a
865 presença do Dr. Vinicius de Alcântara Galvão, futuro Coordenador das Promotorias de
866 Justiça de Defesa do Rio Jequitinhonha, a ser implementada a partir de junho e que agregará
867 muito na questão ambiental na região do Jequitinhonha. Diz que é o reconhecimento do
868 brilhante trabalho que vem realizando sobretudo em Salinas. Informa, a respeito do Programa
869 de Educação Ambiental Itinerante, parceria da Promotoria do São Francisco com a Emater,
870 que já se tem o mascote e vai ser feita uma campanha no Norte de Minas inteiro para escolha
871 de seu nome. Diz que a Emater disporá de três técnicos em Brasília de Minas e contará com
872 uma van, conseguida com Fundo Ministério Público, para rodar o Norte de Minas para fazer
873 treinamento e capacitação, além de ter propostas e alternativas para as populações carentes e
874 atender os produtores rurais em ajuste de conduta. Os Juízes, Promotores e órgãos ambientais
875 que tiverem interesse e sentirem que alguma comunidade esteja precisando de alguma
876 orientação especial, poderão fazer contato com a Emater e agendar a vinda da van. Vai ser



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

877 lançado no dia 23 de junho, em Montes Claros, no Encontro regional dos Promotores de
878 Justiça do Norte de Minas. Comunica também que, no dia 22, haverá uma audiência pública
879 do Ministério Público, que estará aberto para ouvir a comunidade. Convida todos para se
880 fazerem presentes. Informa que a Promotoria do São Francisco, a Promotoria de Taiobeiras e
881 o Ministério Público Federal firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta com o
882 DNOCS, garantindo assim que a barragem de Berizal vai ter concluído seu licenciamento. A
883 Secretaria de Meio Ambiente também assinou o TAC como interveniente. O DNOCS
884 assumiu o compromisso de, após a aprovação do licenciamento, instalar em Taiobeiras ou
885 Berizal um ponto de apoio para iniciar o diálogo com a comunidade, fazendo os
886 esclarecimentos necessários. Informa também a retomada da Operação Raízes pelo GDA –
887 Grupo de Combate aos Danos Ambientais do Norte de Minas. Está sendo feita fiscalização
888 nos empreendimentos de reflorestamento, inicialmente na comarca de Bocaiúva. Diz que a
889 situação é grave, como pôde constatar nos reflorestamentos à beira da estrada, na vinda para
890 a reunião. Solicita à SUPRAM que oficie ao CGFAE dando notícia da existência do GDA
891 para evitar uma superposição de atividades. Elogia o Engenheiro Stefano pelo excelente
892 trabalho realizado no laudo sobre o problema das areieiras de Espinosa. Propõe uma moção
893 de aplauso para a ex-Coordenadora Maria Cláudia, pedindo que seja enviado a ela um ofício
894 em nome de todos os companheiros do COPAM agradecendo-lhe pelo brilhante trabalho,
895 companheirismo e pela forma como sempre tratou a todos, sobretudo as Promotorias,
896 contribuindo efetivamente para a melhoria da questão ambiental no Norte de Minas. Pede
897 que faça chegar essa correspondência também a Sr. Secretário. O **Presidente** pede que a
898 equipe atenda a essa reivindicação do Conselheiro para que, na próxima, reunião possa ser
899 assinada oficialmente. Diz que o CGFAE tem como Coordenador o Dr. Teodoro. No
900 momento oportuno do qual fará parte o Ministério Público, é hora de colocar dentro do
901 Comitê Gestor desse Grupo a situação de apresentação do GDA como forma de colimar não
902 somente as ações do Norte de Minas como outras ações. Diz que é importante a apresentação
903 porque, no momento em que houver isso, o próprio Dr. Paulo César poderá ficar com Dra.
904 Shirley na forma de apresentação para mostrar a situação pregressa que foi levantada, para
905 efeito de conhecimento da Coordenação do CGFAE e também dos integrantes desse comitê
906 gestor. A **Conselheira Luciane Carvalho** agradece o trabalho das secretárias da SUPRAM,
907 tendo o carinho de ligar e insistir na importância da presença e participação. Convida os
908 Conselheiros para participarem da Exposição Agropecuária de Janaúba e diz que terá grande
909 prazer em recebê-los. Propõe que, após a de Montes Claros, se realize a reunião em Janaúba.
910 Questiona, em nome do presidente do Codema de Janaúba, que medidas foram tomadas a
911 respeito de correspondência enviada para a Promotoria falando do desmatamento da nascente
912 do rio Gortuba. O **Conselheiro Paulo César** informa que a Promotoria do São Francisco
913 requisitou vistoria da SUPRAM e do IEF, que já fez vistoria no local. Está à espera de
914 encaminhamento. Diz parecer-lhe que o local é passível de licenciamento. O **Conselheiro**
915 **Major Jorge** diz que a PM esteve no local, fez Boletim de Ocorrência e, no seu modo de ver,
916 é necessário o licenciamento ambiental para o empreendimento. Diz que hoje teve mais uma
917 surpresa porque ficou sabendo que estão bem à margem, na borda da chapada e na cabeceira
918 do rio Gortuba. O **Conselheiro Reinaldo Landulfo** informa que, no próximo dia 05 de
919 junho, Dia Internacional do Meio Ambiente, estará encerrando, em Capitão Enéas, do lixão.
920 Convida de modo especial o Promotor Paulo César para que posa estar presente. Ressalta que
921 é uma luta antiga. Estarão também desenvolvendo outras atividades e mobilização com a
922 comunidade, plantando em torno de 2.000 mudas. Será feito também o lançamento da pedra
923 fundamental da Escola Técnica em Agroecologia. A **Conselheira Luciane Carvalho** diz que
924 a prefeitura de Janaúba, através da Seção de Meio Ambiente, tem feito um grande trabalho na
925 área de meio ambiente com a comunidade, com as escolas, e convida os Conselheiros para
926 participarem da programação da Semana de Meio Ambiente que lá será realizada. O
927 **Conselheiro Edson Ferreira do Couto** diz que, na última reunião havia anunciado, por
928 parte do sistema SEDVAN/IDENE, a assinatura de convênios. Tendo sido adiado o evento,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

929 convida todos para que, no dia 25, a partir das 8h, estejam no Palácio dos Despachos onde
930 serão assinados 380 convênios do Programa de Combate à Pobreza Rural. Informa que serão
931 liberados, a partir da semana que vem, R\$ 20 milhões para todos os municípios da área de
932 atuação, ou seja, Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, parte do Vale do
933 São Mateus e parte da Área Central. O **Conselheiro Ney Barbalho** informa que o Governo
934 Federal dividiu o IBAMA em dois institutos, IBAMA e o Instituto Chico Mendes de
935 Biodiversidade. Os funcionários do IBAMA consideram isso um retrocesso pois o IBAMA
936 foi feito com a união de várias entidades e essa divisão foi feita num momento em que o
937 Plano de Aceleração de Crescimento está necessitando de várias licenças ambientais. Por
938 esse motivo os funcionários entraram em greve a partir o dia 11 de maio, e não está sendo
939 feito o atendimento ao público. Os serviços essenciais estão assegurados e há sempre
940 funcionários de plantão para que não haja prejuízo maior ao meio ambiente. Sugere que o
941 nome do mascote seja PC. O **Conselheiro Dairton Neres** parabeniza Dr. Rogério pelo
942 andamento dos trabalhos e justifica a saída do Prefeito José Prates em razão de compromisso
943 previamente agendado com auditores do Tribunal de Contas. Repassa o cartaz do seminário e
944 diz que já solicitou de Sílvia o encaminhamento da programação por e-mail. Endossa as
945 palavras do Conselheiro Paulo César em relação a Maria Cláudia, que dirigiu os trabalhos
946 com presteza, lisura e afinco característicos. Agradece a presença de Dr. Vinicius Alcântara
947 Galvão, que tem sido um parceiro, sobretudo uma pessoa vocacionada na questão ambiental,
948 e que vai receber o título de Cidadão Honorário de Salinas por justo merecimento. Coloca a
949 Secretaria de Municipal de política Agrícola e Ambiental à disposição do Ministério Público.
950 Diz que muitos problemas já foram suplantados no trabalho conjunto. Destaca que Salinas se
951 sente orgulhosa por receber os Conselheiros e o faz de maneira singela, mas extremamente
952 fraterna e afetuosa. Coloca-se à inteira disposição do COPAM para que novas reuniões aqui
953 se realizem. O **Presidente** agradece a todos que se manifestaram e diz que é enriquecedor
954 esse momento. Agradece a participação da SUPRAM NM, na pessoa dos técnicos presentes,
955 à Prefeitura, à Escola Agrotécnica, a todos os Conselheiros presentes, que convida para a
956 próxima reunião a ser realizada no próximo dia 19, em Montes Claros. Diz que enviará a
957 documentação referente ao setor elétrico com mais antecedência para que possam fazer uma
958 análise a respeito do assunto. Encerra a reunião às 17h44min.

959

12. Encerramento

960

Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

962

963

Esta é a síntese da reunião do dia 22 de maio de 2007

Rogério Noce Rocha

Presidente Ad hoc